

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou, no exercício de 2019, uma arrecadação de R\$ 1,377 bilhão (R\$ 1,473 bilhão no exercício de 2018). A Mediservice, ao longo do exercício de 2019, intensificou a implementação de novas iniciativas que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco no oferecimento de novos planos, soluções e serviços aos clientes, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde, empresa integrante do Grupo Bradesco Seguros, com geração de sinergias.

Resultado do Exercício

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou, no exercício de 2019, Lucro Líquido de R\$ 20,798 milhões (R\$ 22,010 milhões no exercício de 2018).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto prevê o pagamento aos acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas na categoria "Valor Justo por meio do Resultado", conforme normas contábeis em vigor.

Evento Societário

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 10 milhões em integralização à vista, com a emissão de 2.348.488 novas ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal. Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

- Programa "Meu Doutor": foram inseridas as cidades de Brasília - DF, para as especialidades de Clínica Médica, Pediatria, Medicina de Família e Ortopedia; e Joinville - SC, para as especialidades de Clínica Médica, Pediatria, Medicina de Família, Gastroenterologia, Endocrinologia, Cardiologia, Geriatria e Pneumologia, ambas disponíveis para todos os planos da Mediservice;
- Planos Administrados: intensificou o desenvolvimento de diversas iniciativas, visando aprimorar os processos voltados para a administração de planos na modalidade de pós-pagamento com foco no oferecimento de novos produtos e serviços aos clientes e na gestão de resultado;
- Rede Credenciada: ampliação da Rede Credenciada de prestadores de serviços médicos, especialmente de clínicas de especialidades médicas, bem como da quantidade de transações eletrônicas, para recepção e tratamento de contas médicas ambulatoriais e hospitalares;
- Acordos com a Rede Credenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Credenciada de prestadores médicos. Ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para cirurgias, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
- Programa de Pagamentos Diretos de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) a Fornecedores: aprimoramento na ferramenta de gestão de OPME, que garante mais agilidade, padronização e transparência nos processos. Destacam-se também a integração dos sistemas Orizon e Bradesco e a melhoria na comunicação com os clientes por meio de treinamentos, atualização e disponibilização de canais de contato;
- Programas de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde: manutenção de programas que visam melhorar as condições de saúde dos beneficiários, pela ação preventiva sobre os principais fatores de riscos da população, em conformidade com o programa aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Desconto Farmácia: destacam-se as novas parcerias realizadas com as redes Farma Conde, Grupo Pão de Açúcar e Pague Menos, distribuídas por todo o Brasil; e
- Clientes Mediservice, por meio de acordo específico, contaram com os serviços do Bradesco Saúde Concierge, que investiu em melhorias nos serviços disponibilizados no site como a emissão automática da carta de Seguro Viagem, marcação de exames especiais *on-line* e atualização da funcionalidade "Vacinas do Viajante".

Perspectivas e Planos da Administração para o ano de 2020

- Status de Senha: Lançamento da funcionalidade "Status de Senha", que permite ao beneficiário consultar, por meio do site, a situação dos pedidos que necessitam de autorização;
- Inclusão de novas funcionalidades no site da Mediservice, tais como agendamento "Meu Doutor" e "Novamed", ampliação dos serviços do Desconto Farmácia, marcação de referenciados favoritos, dentre outros;
- Ampliação do Programa "Meu Doutor Bradesco Saúde" com a inserção de novas cidades como Salvador - BA, Manaus - AM, Belo Horizonte - MG, Campinas - SP, São José dos Campos - SP, Taubaté - SP e Recife - PE;
- Inauguração de novas unidades da Rede de Clínicas Novamed nas cidades de Curitiba - PR, Rio de Janeiro (Botafogo, Méier e Centro), Salvador - BA, Recife - PE, São Bernardo do Campo - SP, Belo Horizonte - MG, Santo Amaro - SP e no bairro Barra Funda na cidade de São Paulo;

- Expansão do programa de Pagamentos Diretos de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) a fornecedores para outros estados e hospitais, assim como novas negociações com fabricantes, visando o aumento do portfólio de materiais do programa; e
- Melhorias nos serviços disponibilizados no aplicativo Bradesco Saúde Concierge.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Mediservice Operadora de Planos de Saúde faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). A Mediservice realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Mediservice Operadora de Planos de Saúde faz parte, possui estrutura própria para atendimento aos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. A Área de *Compliance* atua na captação, divulgação e devido acompanhamento para assegurar a aderência às regulamentações aplicáveis. Em complemento, monitora o atendimento às demais solicitações providas dos reguladores, de forma que sejam atendidas tempestivamente.

O acultamento constante dos funcionários através de treinamentos *e-learning*s e vídeos fora reforçado com treinamentos presenciais, abrangendo temas como prevenção e combate à lavagem de dinheiro, controles internos e riscos operacionais, fortalecendo a conscientização contínua sobre esses temas.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, aprimorando os controles existentes de monitoramento, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Alinhada com as novas regulamentações nacionais que abrangem o tema, e reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade, segurança e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes, o Grupo Bradesco Seguros tem dado ênfase especial à governança de dados e segurança da informação.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores, e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 04 de fevereiro de 2020

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
ATIVO			
CIRCULANTE		592.217	582.724
Disponível		585	6.856
Realizável		591.632	575.868
Aplicações financeiras	4	388.947	346.541
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		336.509	320.493
Aplicações livres		52.438	26.048
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		197.668	225.681
Contraprestação pecuniária a receber	6	187.913	214.206
Operadoras de planos de assistência à saúde		9.478	9.724
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		277	1.751
Créditos tributários e previdenciários	7	3.934	2.803
Bens e títulos a receber		1.079	835
Despesas antecipadas		4	8
ATIVO NÃO CIRCULANTE		42.460	40.349
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		36.721	33.441
Créditos tributários e previdenciários	7	19.926	18.954
Ativo fiscal diferido	7	12.758	10.727
Depósitos judiciais e fiscais	8	4.037	3.760
IMOBILIZADO	9	878	1.062
Imobilizado de uso próprio		209	259
Outras imobilizações		669	803
INTANGÍVEL	10	4.861	5.846
TOTAL DO ATIVO		634.677	623.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		1.376.695	1.473.173
Contraprestações líquidas		1.376.695	1.473.173
(-)Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(3.981)	(4.478)
Eventos indenizáveis líquidos		(1.314.474)	(1.402.272)
Eventos conhecidos		(1.314.474)	(1.402.272)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		58.240	66.423
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		368	642
Receita de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		2.048	1.039
Outras receitas operacionais		2.048	1.039
Outras despesas operacionais	19a	(25.573)	(32.399)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(15.712)	(18.570)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		-	(197)
Provisão para perdas sobre créditos		(4.187)	(7.014)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		(5.674)	(6.618)
Resultado bruto		35.083	35.705
Despesas administrativas	19b	(21.342)	(22.513)
Resultado financeiro líquido	19c	20.324	22.514
Receitas financeiras		23.784	24.078
Despesas financeiras		(3.460)	(1.564)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		34.065	35.706
Imposto de renda	19d	(10.768)	(11.984)
Contribuição social	19d	(3.955)	(4.364)
Impostos diferidos	19d	2.031	3.178
Participações sobre o lucro		(575)	(526)
Resultado líquido do exercício		20.798	22.010
Quantidade de ações		95.630.217	93.281.729
Resultado líquido por ação - R\$		0,22	0,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	20.798	22.010
Total do resultado abrangente do exercício	20.798	22.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva estatutária			
Saldo em 1º de janeiro de 2018	254.500	12.732	64.576	-	-	331.808
Aumento de capital						
AGE de 27/12/2018	96.018	-	(60.000)	-	-	36.018
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	22.010	-	22.010
Dividendos propostos (R\$ 56,03 por lote de mil ações)	-	-	-	(5.227)	-	(5.227)
Destinação do lucro líquido	-	1.101	15.682	(16.783)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	350.518	13.833	20.258	-	-	384.609
Aumento de capital						
AGE de 13/05/2019	10.000	-	-	-	-	10.000
Retorno de dividendos AGE 10/04/2019	-	-	5.018	-	-	5.018
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	20.798	-	20.798
Dividendos propostos (R\$ 2,07 por lote de mil ações)	-	-	-	(198)	-	(198)
Destinação do lucro líquido	-	1.040	19.560	(20.600)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	360.518	14.873	44.836	-	-	420.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)**1 Contexto operacional**

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), exercendo a atividade de Medicina de Grupo, que tem por objeto social operar planos de assistência à saúde e odontológicos, desenvolvimento de atividades de prevenção de riscos e doenças e de promoção da saúde, inclusive por meio de assessoria em soluções assistenciais, gestão de programas de saúde, de atenção continuada, medicina ocupacional, prevenção de acidentes do trabalho, reembolso e desconto de medicamentos em farmácias, prestação de serviços relacionadas à operação de assistência à saúde, como serviços de apoio para integração entre sistemas de recursos humanos e de informações sobre assistência à saúde, aluguel e compartilhamento de rede de prestadores de serviços médicos e intermediação de contratação de rede entre operadoras. O endereço da sede da Companhia é Avenida Alphaville, nº 779 - Empresarial 18 do Forte - Barueri - São Paulo, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas e em termos de ativos do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns, são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de fevereiro 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações financeiras e 14 – Provisões para ações judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

(conforme nota explicativa nº 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC’s 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, estão descritos a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos de operações com planos de assistência à saúde” e “Bens e títulos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável de contraprestações e de taxa de administração a receber com base em estudo técnico que consiste em observar os índices de recebimento em relação às contraprestações emitidas, por cliente, nos últimos seis meses. Para os contratos com parcelas em atraso superior a 90 dias, cujo percentual de recebimento seja menor que 80% das emissões no período em estudo, é provisionada a totalidade do crédito. Nos contratos cujo percentual de recebimento for superior a 80% das emissões no período de estudo, são provisionadas as parcelas vencidas com período igual ou superior a 90 dias.

f. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios reconhecidos pelo custo histórico, reduzidos por depreciação acumulada e perdas por reduções ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas, equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

h. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretos atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados**(i) Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas no resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria**Plano de contribuição definida**

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240, no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidos a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços.

As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e serão aplicáveis quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São elas:

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

Os normativos CPC 06 (R2), CPC 48 e IFRS 17, estão sendo avaliados e serão aplicados quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3 Gerenciamento de riscos**a. Introdução**

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde, integrante do Grupo Bradesco Seguros, está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores etc., bem como monitorar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas).

Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos inerentes à estrutura operacional da Companhia, define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos em fase de implementação gradual, visando à apuração mensuração e cálculo do capital. Para mitigar o risco de crédito, atrelado ao risco do contas a receber, a Companhia adota como prática o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que mais que 95% dessas aplicações estão concentradas em Títulos de Renda Fixa Público, como demonstrado abaixo:

	AAA (*)	AA	Total
Valor justo por meio do resultado	388.902	45	388.947
Título de Renda Fixa Público	379.156	-	379.156
Título de Renda Fixa Privado	9.746	45	9.791

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos da Companhia. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos alta exigência de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	2019	
	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	585	-
Fluxo de 0 a 3 meses	587.694	194.556
Total	587.694	194.556

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber. As provisões técnicas foram consideradas a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de débitos de operações de assistência à saúde, tributos e encargos sociais a recolher, provisões técnicas de operações de assistência à saúde e os débitos diversos. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente, é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimento financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco monitorado é o risco de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros renda fixa considerado de baixo risco. Sendo assim, o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal geram impactos em resultado e patrimônio líquido menor que R\$1 mil.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

f. Gerenciamento de capital

- Gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.
- Processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

g. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2019	%	2018	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	388.947	100,00	346.541	100,00
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	388.947	100,00	346.541	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

							2019	
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	
Valor justo por meio do resultado								
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.648	7.957	367.551	379.156	379.151	5	
Letras do Tesouro Nacional - operação compromissada/outros (*)	8.607	-	-	-	8.607	8.607	-	
Notas do Tesouro Nacional - operação compromissada/outros (*)	682	-	-	-	682	682	-	
Letras financeiras de emissores privados	-	349	153	-	502	502	-	
Total	9.289	3.997	8.110	367.551	388.947	388.942	5	

							2018	
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	
Valor justo por meio do resultado								
Letras Financeiras do Tesouro	-	25	-	337.096	337.121	337.108	13	
Letras do Tesouro Nacional - operação compromissada/outros (*)	4.604	-	-	-	4.604	4.604	-	
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada/outros (*)	4.084	-	-	-	4.084	4.084	-	
Letras financeiras de emissores privados	-	181	317	234	732	731	1	
Total	8.688	206	317	337.330	346.541	346.527	14	

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2019	2018
Total das provisões técnicas (A)	166.729	176.030
Quotas de fundos de investimentos (B)	336.509	320.493
Suficiência (B) - (A)	169.780	144.463

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

						2019		2018	
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total			
Valor justo por meio do resultado									
Letras Financeiras do Tesouro	379.156	-	379.156	337.121	-	337.121	-	337.121	
Letras do Tesouro Nacional - operação compromissada/outros (*)	-	8.607	8.607	-	4.604	4.604	-	4.604	
Notas do Tesouro Nacional - operação compromissada/outros (*)	-	682	682	-	-	-	-	-	
Letras financeiras de emissores privados	-	502	502	-	732	732	-	732	
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada	-	-	-	-	4.084	4.084	-	4.084	
Total	379.156	9.791	388.947	337.121	9.420	346.541			

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	346.541	323.773
(+) Aplicações	1.256.081	1.310.474
(-) Resgates	(1.235.819)	(1.310.401)
(+) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado (nota 19c)	22.144	22.695
Saldo em 31 de dezembro	388.947	346.541

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos usando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2019, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 99,29% do CDI no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark* as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foi 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui posição pendente de derivativos, em 31 de dezembro de 2019.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a. Contraprestação pecuniária a receber por faixa de vencimento

	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias	173.224	167.913
De 31 a 120 dias	902	6.670
Total a vencer	174.126	174.583
Vencidos:		
Até 30 dias	11.140	23.935
De 31 a 120 dias	3.722	20.603
Acima de 121 dias	18.759	10.732
Total vencidos	33.621	55.270
Provisão para risco de crédito	(19.834)	(15.647)
Total	187.913	214.206

b. Movimentação de contraprestação pecuniária a receber

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	214.206	264.945
(+) Contraprestações emitidas	1.223.720	1.314.606
(+) Taxa de administração e de implantação	60.475	67.739
(-) Recebimentos	(1.306.301)	(1.426.070)
(-) Constituição de provisão de perda	(4.187)	(7.014)
Saldo em 31 de dezembro	187.913	214.206

7 Créditos tributários e previdenciários

a. Ativos fiscais

	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo fiscal diferido (i)	-	12.758	12.758	-	10.727	10.727
Impostos a compensar	3.934	-	3.934	2.803	-	2.803
Outros créditos tributários e previdenciários (*)	-	19.926	19.926	-	18.954	18.954
Total	3.934	32.684	36.618	2.803	29.681	32.484

(*) Refere-se a valor de INSS - alíquota de 15% sobre o valor pago às cooperativas de trabalho com trânsito julgado favorável, no montante de R\$ 19.926 sendo de principal R\$16.442 e R\$3.484 de atualização monetária.

(i) Ativos fiscais diferidos

	Saldo em 2018	Constituição	Realização	Saldo em 2019
Provisão para contingências cíveis	3.960	1.069	(825)	4.204
Provisão para riscos de crédito	5.320	4.190	(2.766)	6.744
Provisão para contingências trabalhistas	347	10	(290)	67
Provisão para contingências fiscais	686	397	-	1.083
Outros	414	935	(689)	660
Total	10.727	6.601	(4.570)	12.758

	Saldo em 2017	Constituição	Realização	Saldo em 2018
Provisão para contingências cíveis	4.033	-	(73)	3.960
Provisão para riscos de crédito	2.935	2.385	-	5.320
Provisão para contingências trabalhistas	416	-	(69)	347
Provisão para contingências fiscais	-	686	-	686
Outros	165	249	-	414
Total	7.549	3.320	(142)	10.727

(ii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	3.180	1.145	4.325
2021	1.537	553	2.090
2022	1.143	412	1.555
2023	929	334	1.263
2024 em diante	2.592	933	3.525
Total	9.381	3.377	12.758

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 12.275 (R\$ 10.026 em 31 de dezembro de 2018) referente a diferenças temporárias.

8 Depósitos judiciais e fiscais

	2019	2018
Depósitos judiciais de sinistros	3.167	2.763
Trabalhistas	757	997
Outros depósitos	113	-
Total	4.037	3.760

9 Imobilizado

	Saldo em 2018	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2019
Bens móveis	259	7	(57)	209
Outras imobilizações	803	-	(134)	669
Total	1.062	7	(191)	878

	Saldo em 2017	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2018
Bens móveis	298	20	(59)	259
Outras imobilizações	944	-	(141)	803
Total	1.242	20	(200)	1.062

10 Intangível

	Saldo em 2018	Aquisição	Amortização	Saldo em 2019
Software	5.846	1.092	(2.077)	4.861
Total	5.846	1.092	(2.077)	4.861

	Saldo em 2017	Aquisição	Amortização	Saldo em 2018
Software	5.730	1.827	(1.711)	5.846
Total	5.730	1.827	(1.711)	5.846

11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	176.030	205.312
Eventos conhecidos (*)	1.313.782	1.401.423
Eventos pagos	(1.323.083)	(1.430.843)
Programa Promoprev	-	138
Saldo em 31 de dezembro	166.729	176.030

(*) O valor de eventos conhecidos está bruto das recuperações no montante de R\$ 691 (R\$ 299 em 31 de dezembro de 2018

(v) **Movimentação das provisões judiciais**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.017	1.020	12.318	15.355
Constituição/atualização monetária líquida de reversões	1.166	(719)	2.577	3.024
Pagamentos	-	(103)	(2.140)	(2.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.183	198	12.755	16.136
			Outras	Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	provisões
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	1.223	12.495	709
Constituição/atualização monetária líquida de reversões	1.308	(203)	1.091	-
Transferência	709	-	-	(709)
Pagamentos	-	-	(1.268)	(1.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.017	1.020	12.318	15.355

15 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 95.630.217 (93.281.729 em 2018) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2019, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$10 milhões em integralização à vista, com a emissão de 2.348.488 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	20.798	22.010
Constituição da reserva legal	(1.040)	(1.101)
Base de cálculo dos dividendos	19.758	20.909
Dividendos propostos/antecipados (nota 18)	198	5.227
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	1,00%	25,00%

b. Atos Societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 10 milhões em integralização à vista, com a emissão de 2.348.488 novas ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

16 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

	2019	2018
Patrimônio líquido contábil	420.227	
(-) Despesas antecipadas	(4)	
(-) Ativos intangíveis	(4.861)	
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	415.362	
Margem de solvência		
(A) 0,20 vezes de 50 % das contraprestações - Últimos 12 meses		137.669
(B) 0,33 vezes de 50 % da média de eventos indenizáveis - Últimos 36 meses		241.012
Maior entre (A) e (B)		241.012
Suficiência		174.350

17 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2019 totalizou R\$49 (R\$41 em 31 de dezembro de 2018), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$346 (R\$288 em 31 de dezembro de 2018) em benefícios a conceder.

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

18 Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	9.883	15.544	-	-
IRB Brasil Resseguros S.A. (empresa ligada) (ii)	804	925	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controladora indireta) (iii)	-	-	364	259
Bradesco Saúde S.A. (controladora direta) (vi)	-	-	198	5.227
Fleury S.A. (investida do Grupo Bradesco) (vii)	-	-	5.007	5.561
INLAB - Investigação Laboratorial Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	8	-
Lafe Serviços Diagnósticos Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	51	-
Serdil Serviço Especial em Radiologia Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	-	2
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	3	-
Total	10.687	16.469	5.631	11.049
		Receitas		Despesas
	2019	2018	2019	2018
IRB Brasil Resseguros S.A. (ii)	23.349	22.752	-	-
Bradesco Seguros S.A. (Controladora indireta) (iii)	-	-	(3.228)	(3.489)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	-	-	(77)	(86)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Empresa ligada) (iv)	-	-	(4.557)	(5.622)
Odontoprev S.A. (Empresa Ligada) (iv)	-	-	(683)	(525)
Prevsaupe Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (Empresa ligada) (iv)	-	-	(118)	(144)
Alelo S.A. (empresa ligada) (iv)	-	-	(809)	(815)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (iv)	-	-	(28)	-
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	(1.225)	(1.519)
Fleury S.A. (investida do Grupo Bradesco) (vii)	-	-	(42.979)	(46.946)
INLAB - Investigação Laboratorial Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(5)	-
Lafe Serviços Diagnósticos Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(74)	-
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (Empresa Ligada) (iv)	-	-	(39)	(692)
Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (empresa ligada) (vii)	-	-	(38)	(29)
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(35)	(6)
Serdil Serviço Especial em Radiologia Ltda. (empresa ligada) (vii)	-	-	(5)	(2)
Santecorp Holding Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	(763)	-
Total	23.349	22.752	(54.663)	(59.875)

- (i) Refere-se saldo em conta corrente, despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
- (ii) Contraprestações à receber/emittidas.
- (iii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- (iv) Refere-se à prestação de serviços de processamento de informações relativas a eventos indenizáveis, benefícios de farmácia, assistência de viagem e alimentação.

DIRETORIA

Manoel Antonio Peres	Diretor-Presidente
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente
Curt Cortese Zimmermann	Diretor-Gerente
Américo Pinto Gomes	Diretor-Gerente
Flávio Bitter	Diretor-Gerente
Sylvio Roberto Alves Vilardi	Diretor
Thais Jorge de Oliveira e Silva	Diretora
Fabio Miranda Daher	Diretor
Juliano Ribeiro Marcilio	Diretor
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. Barueri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração ou expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

(v) Despesas com alugueis.

(vi) Dividendos.

(vii) Refere-se a sinistros avisados/pagos.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2019, foi determinado o valor máximo de R\$120 (R\$108 em 2018) para a remuneração dos Administradores.

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Outras despesas operacionais

	2019	2018
Despesas com serviços de terceiros	(10.377)	(17.466)
Despesas com encargos sociais	(4.378)	(5.266)
Reversão/(constituição) de provisões para perdas sobre créditos	(4.187)	(7.014)
Despesa com condenações judiciais	(3.389)	177
Materiais diversos	(3.242)	(2.633)
Programa PROMOPREV	-	(197)
Total	(25.573)	(32.399)

b. Despesas administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal próprio	(6.008)	(6.448)
Ordenados	(2.486)	(3.151)
INSS/FGTS	(1.038)	(970)
Planos de previdência privada (nota 17)	(49)	(41)
Outras	(2.435)	(2.286)
Despesas com serviços de terceiros	(7.467)	(8.390)
Despesas com localização e funcionamento	(5.934)	(5.639)
Despesas com publicações	(381)	(400)
Despesas com taxa de saúde suplementar	(1.240)	(1.191)
Despesas com donativos e contribuições	(73)	(133)
Outras	(239)	(312)
Total	(21.342)	(22.513)

c. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa (nota 4d)	22.144	22.695
Atualização monetária de créditos tributários	992	1.252
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	106	128
Outras receitas financeiras	542	3
Subtotal	23.784	24.078

	2019	2018
Despesas financeiras		
Atualização monetária de contingências passivas	(2.257)	(71)
Encargos sobre tributos	(1.121)	(6)
Outras despesas financeiras	(82)	(1.487)
Subtotal	(3.460)	(1.564)
Total	20.324	22.514

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Impostos diferidos		
Reversão/(constituição) no exercício sobre adições temporárias	2.031	3.178
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(14.723)	(16.348)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(12.692)	(13.170)

20 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes dos impostos e participações	34.065	35.706
Adições	23.343	14.464
Exclusões	(14.090)	(2.759)
Lucro tributável	43.318	47.411
Tributos correntes	(14.728)	(16.119)
Tributos diferidos	2.031	3.178
PAT	127	128
Incentivos fiscais	65	124
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos	(187)	(481)
Total tributos	(12.692)	(13.170)
Alíquota efetiva	37,26%	36,88%

21 Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 7 de fevereiro de 2020, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico Hospitalar

	2019	2018
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido		
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	56.387	65.192
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	15.139	3.570
Total	71.526	68.762

c. Conciliação do Lucro Líquido com as Atividades Operacionais do Fluxo de Caixa Direto

	2019	2018
Resultado líquido do exercício	20.798	22.010
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa		
(+) Depreciações e amortizações	2.268	1.911
(+/-) Outros	530	502
(+/-) Variação das aplicações	(42.406)	(22.768)
(+/-) Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(16.016)	(16.412)
(+/-) Aplicações livres	(26.390)	(6.356)
(+/-) Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	28.013	49.632
(+/-) Contraprestação pecuniária/prêmiões a receber	26.293	50.739
(+/-) Operadoras de planos de assistência à saúde	246	208
(+/-) Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	1.474	(1.315)
(+/-) Variação de créditos tributários e previdenciários	(4.134)	(3.865)
(+/-) Variação de bens e títulos a receber	(244)	349
(+/-) Variação de despesas antecipadas	4	(2)
(+/-) Variação de depósitos judiciais e fiscais	(277)	(1.664)
(+/-) Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(9.301)	(29.282)
(+/-) Variação de débitos de operações de assistência à saúde	(3.928)	1.147
(+/-) Variação de provisões	781	928
(+/-) Variação de tributos e encargos sociais a recolher	2.704	35
(+/-) Variação de débitos diversos	(9.241)	(14.915)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(14.433)	4.018

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contá